

ATA Nº 733/2024

Iniciada a SESSÃO ORDINÁRIA de 08 de abril de 2024, o Presidente abriu a referida sessão: Senhores vereadores, com a proteção de Deus e nos termos previstos no regimento interno desta casa, eu declaro aberta e instalada a presente sessão ordinária. Está em discussão a ata número 732 de 2024 da sessão ordinária realizada no dia 27 de março de 2024. Não havendo manifestações, coloquem em votação a ata da sessão anterior. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for o contrário que se manifique. Ata aprovada por unanimidade. Informativos da Câmara Municipal de Vereadores. Solicito então ao secretário administrativo que efetue a leitura dos informativos. Boa noite a todos. Primeiramente, é importante ressaltar aqui e dar conhecimento aos vereadores do ofício número 20, oriundo do Conselho Tutelar, com o seguinte teor. Nobres senhores, a cumprimentá-los este Conselho Tutelar, estabelecido à rua Marechal Castelo Branco, na cidade de Ibiaçá, tomado conhecimento do projeto que tramita em vossa casa, sobre a contratação de profissional em psicopedagogia, por ser de interesse de vossa conselho, fez uma pesquisa aprofundada sobre o assunto, e devido ao grande número de crianças no aguardo de atendimento, e como esse conselho, uma das funções é garantir que seus direitos sejam mantidos e preservados, não cabendo a nós interferir ou indicar a forma de contratação de tal profissional, apenas solicitar a este Poder Legislativo que o mais breve possível seja definida a situação em prol de nossos munícipes. Consegue anexo aos ofícios das escolas, conforme pesquisa, sendo o que tinha para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos. Então, eles receberam da Escola de Educação Infantil Casulo o pedido aqui, e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar Ricardo Durigon. A gente recebeu agora à tarde. Estamos levando ao conhecimento dos vereadores para analisar a situação do projeto. Hoje, temos os dois projetos que foram protocolados dia 4 de abril, na quinta-feira, portanto. Conforme segue, o projeto número 13, que autoriza o Poder Executivo a realizar despesas com o projeto Natal dos Sonhos e das outras providências. A relatoria coube ao vereador Edmar Curso. O projeto 14, também, datado de 3 de abril, que estabelece os valores para lançamento e arrecadação de IPTU, com sede de descontos e parcelamento de outras providências. Relator desse projeto é o vereador Marcelo Corso. Então, com relação ao projeto de Lei nº 9, que autoriza o Poder Executivo a realizar contratação temporária de servidores para atuação na educação do município, em caráter emergencial e excepcional e das outras providências, o referido projeto, ele foi objeto de pedido de vista do vereador Alcir Stefani, na sessão anterior, sendo aprovado por maioria, retornando, portanto, à pauta A pauta é para prestação e votação na presente sessão. Salientamos que os projetos protocolados do dia 4, do 4, na quinta-feira, os mesmos foram distribuídos, inclusive teve vereadores que retiraram os projetos hoje, e ficarão retidos para análise dos vereadores, CUPE, assessoria jurídica, sendo colocado na pauta da próxima sessão do dia 29 de abril de 2024. 29 de abril, se não me falha a memória. Concluindo a pauta de hoje, a matéria, então, se restringe somente a este projeto número 9, cuja relatoria é do vereador Aldir Steffens, que pediu vistas, e vai relatar o projeto também, o que ele apurou nesse tempo que pediu vistas ao projeto. Agora, para dar continuidade, o grande expediente, presidente. Grande expediente. Convoca o secretário da mesa, diretora, vereador Edmar Corso, para que tome as inscrições ao grande expediente desta sessão ordinária. Boa noite, senhor

presidente, colegas, assessores, pessoal que nos acompanha aqui da casa e o pessoal que nos acompanha de casa. Grande expediente. Vereador Belchior Teston. Não. Edmar Corso, não. Marcelo Corso, não. Valdecir Schenatto, não. Vilmar Manica, sim. Assunto? Diversos. Vilmar Inácio Pelin, não. Vereador Alcir Stéfani, sim. Assunto? É um assunto pedido, só. Pedido. E vereador Altemir Domingos Suzin, não. Duas inscrições, Senhora Presidente. Obrigada, Vereador Edmar. Com a palavra, então, Vereador Vilmar Mânicia. Senhora Presidente, nobres colegas, funcionários da casa, quem nos assiste pelo Face, quem nos ouve pela rádio, nosso colega vereador, o Ima, suplente vereador, e o do Conselho Tutelar. Hoje eu vou falar um pouquinho sobre o projeto de lei que foi do projeto de lei número 09 de fevereiro, que veio pra essa casa pra ser votado no dia 1º de março. E foi colocado, não foi colocado em pauta. Foi novamente no dia 25 de março, onde o nosso colega aí pediu o visto. Espero que hoje nós votamos e aprovamos esse projeto. E aqui eu quero parabenizar o Conselho Tutelar, que fez uma pesquisa, pediu para a diretora do colégio, dos dois colégios, para ver quantas crianças havia necessidade de um acompanhamento de um profissional. E foi um grande número de alunos. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar Ricardo Durigon, 48 alunos. E na Escola Casulo, 16. Então, vejam bem, é a falta de um profissional onde nossas crianças, nossos adolescentes necessitam de um acompanhamento. Então, quando vem um projeto presta casa, nós temos que analisar e ir atrás de busca de informação para ver se esse projeto tem que ser de urgência, porque nós não podemos, as nossas crianças e adolescentes, esperar tanto tempo. Hoje vai ser votado, vai mais uns dias, então passam-se quase dois meses para nós contratarmos um profissional. Então espero que os nobres vereadores olhem com carinho esse projeto, porque não dá para esperar tanto tempo as nossas crianças, precisando de um profissional. Era isso, senhora presidente. Obrigada, vereador Vilmar. Então agora com a palavra, vereadora Alcir. Senhora presidente, colegas vereadores, quem nos assiste nesta casa e quem nos acompanha de casa através das redes sociais, meu boa noite. Praticamente eu tenho só um pedido, como a gente está lá sempre na agricultura, para fazer para a Secretaria da Agricultura e Secretaria de Obras, onde sabe que foi um ano muito chuvoso e abriu muito valeta nas lavouras. Então, estou fazendo um pedido aqui para a administração, para o prefeito e a também, para liberar uma draga, um carregador, para fazer contenção de água nas propriedades. Liberar ao menos umas quatro, cinco horas para cada propriedade e aí fazer as contenções de água aí, se for possível. Onde a gente sabe que tem duas drags, uma tem que ficar no cascalho, mais uma pode fazer, onde está fazendo serviço particular aí, que seja aberto. uma vaga, um meio-dia para cada propriedade para fazer essas contenções de água. Então, é um trabalho bem importante, onde o pessoal vem perguntando para a gente bastante. Então, vou fazer isso por escrito. Vou pedir com carinho para o pessoal olhar para esse setor da agricultura, onde foi um ano bem difícil para as águas, bastante chuva, que seja feito esse trabalho da Secretaria da Agricultura. Era isso, senhor presidente. Obrigada, vereadora Alcir. Ordem do dia. Projeto de lei número 09-2024, que autoriza o Poder Executivo a realizar contratação temporária de servidores para atuação na educação do município em caráter emergencial e excepcional e da outras providências. Relator, vereadora Alcir Estefani. Com a palavra, o relator. Eu acho que vamos falar um pouco desse projeto para o pessoal que nos acompanha das casas. Hoje vocês nos acompanharam na última, onde foi um pedido aqui para a contratação de uma professora, séries iniciais, e uma psicopedagoga, para suprir a coisa do município que estava faltando uma. Eu queria

dizer assim, conforme informações que eu peguei também, onde a gente sabe que houve um concurso público aqui no nosso município, e onde constava que precisava de duas vagas diretas, onde foi feito esse concurso, e foi chamada uma, uma dessas professoras, das séries iniciais agora está normal, chamaram também, e foi chamada uma só se precisava de duas. Então, onde tem essas vagas, eu acho que é onde a gente vai fazer um concurso, público, eu acho que as professoras, que esse é praticamente para professores, estudaram para fazer isso. Então, eu acho que a gente faz assim, eu pedi visto para isso para buscar mais informação, porque é injusto também que se esforce ao passar num concurso e depois não é nem lembrado, nem chamado. Então, por que foi chamado uma e a outra não, onde é duas vagas? Então, eu acho que isso também a gente tem que pegar isso, por isso que eu pedi para dar visto nesses. Então, foi na sessão aquela que veio fora do prazo, que não foi colocada. Então, eu acho que pode vir no prazo para a gente tentar. Então, foi a presidência que resolveu não colocar. Então, esse projeto veio na última sessão. Então, a gente podia ter buscado. Então, eu busquei informações nos dois prazos. Então, tem um que pode ser chamado por contrato, mas tem a vaga real que ela pode ser chamada, já podia ter sido chamada, aquelas do concurso. Então é uma coisa bem a ser pensada isso. Então eu queria deixar essa aqui para os meus colegas também, para pensarem um pouco nisso, se manifestarem a respeito disso também. Porque se teve isso também, teve o concurso público, eu acho que a gente tem que respeitar um pouco isso também. E a gente tem que ver a outro sistema que, se tivesse professora em uma informal, tem professora em férias, não tem, e essa vaga de psicopedagogas não tem, também não tem, então é uma coisa assim que pode ser chamada pelo concurso e também pode ser chamada pelo contrato. Então eu queria ouvir até a posição dos colegas, quando a gente sabe que essa é a educação, a gente sempre defendeu e vai continuar defendendo. Porque é uma coisa muito importante para o município e para as crianças do município. Então, essas crianças que estão esperando ali, eu acho que tem que ter olhado com carinho. Então, já podiam estar sendo atendidas sem ter passado esse projeto aqui pela casa. Mas vamos votar ele hoje. Vamos ouvir a opinião do pessoal e cada um vai votar conforme achar que mereça dar o seu voto. É isso, senhora presidente. Obrigada, vereadora Alcir. Mantenha em discussão o projeto. Primeiro, com a palavra o vereador Belchior. Obrigado, senhorita presidente. Boa noite. Obrigado, vereador Chiquinho, que declinou do direito. Por ser o mais velho, teria o direito de falar primeiro, quando a gente pede em dois ao mesmo tempo. Mas rapidinho, então, algumas ponderações a fazer sobre o projeto de lei número 9 de fevereiro de 2024. Minha saudação também a você que está em casa, os que nos acompanham aqui nessa casa. Bom, em primeiro lugar, o projeto de lei foi protocolado no dia 27 de fevereiro. E aí, tudo bem, nós temos um lapso temporal muito pequeno até a sessão do dia 1º de março, que foi a primeira sessão ordinária do ano. E aí comprehende-se até que a mesa diretora tenha optado por não colocá-lo em votação na primeira sessão ordinária do ano. No entanto, nós tivemos uma segunda sessão somente no dia 25 de março. Então, aí se vão, desde o dia 1º, são 24 dias, mais os 3 dias de antecedência que o projeto foi protocolado, são 27 dias de um projeto em análise pelos vereadores dessa casa, incluindo o vereador Alcir, que era o relator da proposta. Se formos considerar a data de hoje, nós estamos com 50 dias desde o início do ano letivo, que foi uns dias antes, inclusive, no dia 19. E nós estamos, sem esses dois profissionais, atendendo as escolas, atendendo a educação de Ibiaçá. Por que que eu faço essas ponderações? O vereador Alcir costuma dizer que precisa buscar as informações. De fato, nós

temos um cargo de professor de séries iniciais, E o vereador foi na escola Casulo pedir informação. A escola Casulo é educação infantil. Tudo bem, ninguém está livre de fazer uma confusão. Pois ora, sai de lá e vai na Secretaria da Educação, que é o lugar certo para a gente buscar informação quando o assunto é educação. Vou aqui tratar dos dois cargos separadamente. Primeiro cargo, o professor. Por que a contratação emergencial de um professor agora, já no começo do ano letivo? No final do ano passado, a Secretaria da Educação projetou o ano letivo de 2024 com uma turma sendo atendida em turno integral, que é aquela disposição agora do Ministério da Educação de que todos os municípios deveriam aderir ao turno integral e depender da quantidade de habitantes O Ministério da Educação passava, determinava, perdão, um número de alunos que precisariam ser atendidos para o turno integral. E Ibiaçá ficou na escala de 20 alunos. Então o que a Secretaria da Educação fez no final do ano passado ao projetar o ano letivo de 2024? Pegou uma turma de 20 alunos e definiu que ela seria a turma atendida em turno integral. O que que aconteceu? Os alunos não são obrigados a fazer o turno integral e não preencheu as vagas, não deu as 20 vagas para fazer o turno integral com os alunos daquela turma. Então foram abertas duas turmas de turno integral, cada uma de 10 alunos. Isso já depois das matrículas no começo desse ano. Então o que que acontece? Essas duas turmas que passaram a ser atendidas em turno integral precisaram ser divididas, porque a turma não ia ficar com 20 alunos, por exemplo, de manhã e 10 alunos sendo atendidos no contraturno. Então o que aconteceu é que a turma do turno da manhã, por exemplo, porque é uma da manhã e uma da tarde, a turma da manhã, em vez de continuar sendo atendida vinte alunos, ela foi dividida em dez. E isso aconteceu em duas turmas, ou seja, de duas turmas nós tivemos quatro turmas, porque as duas foram divididas. O turno inverso está sendo atendido pela empresa Vivências Criativas, de Tapejara. No entanto, o turno normal de aula precisa de um professor para suprir. E esse professor surgiu à demanda no começo desse ano. Ora, por que não está sendo chamado do concurso, vereador? Porque no concurso, Nós tínhamos quatro professores que se aposentaram, um quinto que vai se aposentar agora nesse ano, e esses cinco professores já foram chamados. Então não tem porque nós chamarmos um sexto professor agora, sendo que a realidade do turno integral pode mudar no ano que vem. O turno integral é uma novidade. Então não tem porque nós criarmos, que aí teria que ser criado o cargo, e fazer um concurso público ou chamar um servidor a mais, para de repente uma realidade que vai mudar no ano que vem. Pode aumentar? Pode, mas pode diminuir também. Então, por isso a contratação emergencial do professor e por isso que essa contratação chegou só agora, no começo do ano. Sobre o psicopedagogo, acho que o vereador fez uma confusão. O concurso era para uma vaga. Não sei onde o senhor tirou que tem duas vagas. O município tem duas vagas. Mas o concurso era para chamar um profissional. Por que um profissional? Porque o município tem duas vagas. Uma dessas vagas é ocupada pela professora Cátia, que hoje está licenciada para a direção da Escola Ricardo Durigon. Mas o período da professora à frente da diretoria da escola também vai terminar. E ela vai voltar para o seu cargo de origem. que é o cargo de psicopedagogo. O outro psicopedagogo foi nomeado e está já atendendo a escola. Já tínhamos um contrato de uma psicopedagoga que atendia no lugar da professora Kátia, mas ela passou em um concurso público em Tapejara, pediu exoneração do contrato aqui e foi nomeada, portanto, no concurso lá em Tapejara. Então, essas duas realidades na questão do professor e do psicopedagogo. E aqui eu aproveito a presença do Amaury, que é conselheiro tutelar, pra dizer que nesses oito anos, pelo

menos, de que eu estou aqui, é a primeira vez que eu vejo o conselho tutelar tendo que intervir, que bom que na necessidade intervii, mas é a primeira vez que eu vejo o conselho tutelar tendo que intervir por conta da morosidade da Câmara de Vereadores. Gente, olha que vergonha isso. Por conta... de um pedido de vista, que é direito do vereador, obviamente, mas feito após 27 dias de um projeto de lei protocolado na casa. Não que a gente não possa solicitar mais tempo de estudo, mas se a gente for considerar a realidade desse projeto de lei, então fica lamentavelmente vergonhoso que o Conselho Tutelar tenha tido que intervir na situação para a gente enfim votar e, esperamos, aprovar o projeto de lei para a contratação de um professor Lembrando, séries iniciais, escola Ricardo Durigon e um psicopedagogo para atender a educação de Ibiaçá. Senhorita Presidente, acredito que eram essas as considerações mais importantes. Só lembrar, para esse turno integral que a gente tem agora, o Ministério da Saúde disponibiliza uma verba. Essa verba gira em torno de 33 mil reais por ano. Então, o município, claro, precisa investir mais, precisa dar uma contrapartida para poder executar esse projeto da escola em tempo integral. Acredito que eram essas, senhorita presidenta, as considerações mais importantes. O meu voto é favorável. Muito obrigado. Obrigada, vereador Belchior. Mantenha em discussão o projeto. Eu declino. O vereador Belchior já explicou. Obrigado, presidente. Obrigada, vereador Guimarães Inácio. Mantenha em discussão o projeto. Com a palavra, o vereador Marcelo. Boa noite, presidente, colegas vereadores. Cumprimentar aqui as pessoas que nos acompanham aqui na sessão hoje. Também saudar as pessoas que nos acompanham através das rádios e do Facebook. Primeiro dizer que eu concordo também com a necessidade da contratação do professor. com a necessidade da demanda desse psicopedagogo. Dizer que bom que o Conselho Telar fez essa pesquisa, enfim, já apenas deu aquilo que já todos nós sabíamos que tem essa demanda aqui no nosso município. Mas também, a gente não pode esquecer que teve o concurso, o concurso já estava pronto em janeiro, já estava apto para contratar em janeiro, meados de janeiro, os professores que foram aprovados. O prefeito já sabia dessa demanda aí também. Dizer que a gente sabe que a vaga de psicopedagoga é da professora Kátia, que hoje assume, ela é como diretora, né. E também a gente tem uma dúvida que tem uma portaria, até nós temos essa portaria, que o concurso delas foi reenquadrado como professor e não mais como psicopedagoga. Então a gente tem essa dúvida também. Mas também a gente sabe que se tem essa necessidade, a professora Kátia poderia ser chamada. Enfim, eu sou a favor do concurso. Eu acho que chamar quem passou no concurso, isso aí é gratificante para quem estudou, passou e tem que ser chamado. É uma valorização para o estudo de quem fez o concurso e foi aprovado. Então, essa vaga que existe, assim como o vereador Belchior falou, eu acredito que ela seja, da agora em diante, ela é uma vaga real. Cada vez mais nós vamos precisar desses profissionais nas escolas. Então, acredito que tem que ser chamado, sim, quem passou no concurso. Então, o meu voto é contrário, vereador. Muito obrigado, presidente. Obrigada, vereador Marcelo. Mantenha em discussão o projeto. Obrigado, presidente. Só para reforçar, só para reforçar, eu creio que está na exposição de motivos, isso é uma questão de gestão. Por que o município está optando pela contratação emergencial? O meu senhor falou muito bem, que é uma questão que a gente não sabe a realidade para o ano que vem. Então, as pessoas que serão chamadas, aqui na exposição de motivos, diz claramente. Para as contratações autorizadas, faremos a convocação dos candidatos aprovados no concurso público. E na ausência ou recusa dos candidatos aprovados, aguardando nomeação, faremos a seleção através do

processo seletivo. Então, serão chamados, sim, de forma emergencial. Prefeito até muito bem, ele podia ter convocado, mas com uma questão de gestão. Ano que vem ele não sabe se ele vai ser o administrador. Então se ano que vem se faz necessário a chamar essas pessoas do concurso público, elas serão chamadas. Elas são chamadas agora de forma emergencial. Se por acaso não houver mais a necessidade depois de seis meses, interrompe seu contrato. tem a necessidade de convocar, chama no concurso público. Então, efetivamente, precisa ser convocado. Então eu acredito que está exposto aqui na exposição do Motivos o porquê que não está sendo chamado as pessoas do concurso. Elas estão sendo chamadas, mas de forma emergencial. É um contrato emergencial que serve em seis meses. Precisa prorrogar? Bom, então chamamos eles como concursados. Eles não estão sendo eliminados do concurso, muito menos se aceitarem a vaga de serem nomeados emergencialmente, eles continuam com a garantia da vaga deles. Era essa a explicação, presidente. Obrigado. Obrigada, vereador Vilmar Inácio. Mantenha em discussão o projeto. Bom, então, só para complementar aqui, a gente agradece o pedido do Conselho Tutelar. A gente sabe muito bem da importância que o Conselho tem perante a sociedade. Mas, mesmo através desse pedido, a gente sabe da necessidade existente. E, para complementar aqui, eu fiz algumas anotações. Uma profissional contratada, normalmente a gente sabe que a profissional contratada, ela não vai criar um vínculo. com o espaço de trabalho, pois é uma vaga temporária, como o vereador Vilmar Inácio colocou agora. Além disso, essa vaga que a gente está discutindo aqui, ela é uma vaga real, existente, com profissional apta, até onde se sabe concursada para assumir. Então, para nomeação na banca, acho que a gente quer deixar bem claro aqui a situação, que essa casa, ela não é não está sendo contrária às questões das crianças, pelo contrário. A gente quer que sim, se existe o concurso, que seja chamada essa pessoa do concurso. Das turmas integrais que o Belchior colocou aqui, já foram desdobradas, então, profissionais para essas vagas. E até onde se sabe, o turno integral, ele é lei. E quando ele é lei, ele não retrocede. Então, só para deixar bem claro aqui, se existe alguém que está prejudicando as crianças do município, não é esta casa. Seria a atual administração por não realizar o trâmite necessário para essa contratação de profissional. Então, não sei se alguém tem mais alguma fala a ser feita, alguma frase que possa concluir o nosso diálogo, mas o meu voto também é contrário. Eu mantendo a minha Desculpe, então, vereador, pelo meu equívoco aqui. Vou colocar novamente o projeto em votação, então, para que todos votem. Terminando a discussão do projeto, coloco em votação o projeto número 9, 2024. Quem estiver de acordo, permaneça como está, e quem for o contrário, que se manifeste. Então, quem votou favorável? Vereador Belchior, Vereador Vilmar Mânicia, Vereador Vilmar Inácio Pelin e Vereador Edimar Corso. Contrários ao projeto, Vereador Altemir Domingos Suzin, Marcelo Corso, Valdecir Schenatto, Alcir Stefani e Diana. Prosseguindo, deixo a palavra à disposição dos líderes de bancada. Vereador Vilmar Inácio. Obrigado, Sr. Presidente. Até por sinal, que nem eu já lhe falei na sessão anterior, eu gostaria que se fizesse a ordem também do pronunciamento dos líderes de bancada. Eu sinceramente não entendi agora a votação desse projeto. O pessoal se manifestou a favor, sim, da necessidade. O conselho tutelar está aqui. Está a favor da necessidade e votam contrário à contratação. O trâmite que a prefeitura fez foi legal. O prefeito elaborou um projeto de lei e o prefeito não pode fazer contratação emergencial senão autorizado pela Câmara de Vereadores. Então o trâmite tá legal. Não, obviamente o vereador, Marcelo, não são obrigados a aprovar. Mas eu não entendi, são todos a favor das

crianças de Ibiaçá, a favor de que precisam as crianças, sim, têm um tratamento especial? Mas não aprovam o contrato para aprovação emergencial? Então as crianças vão ficar desassistidas. O que vão fazer com essas crianças agora? Tem o processor para contratar. Exato. Mas a forma que o prefeito... Como eu disse, o prefeito podia nomear o concurso público, mas é uma questão de gestão. O prefeito não sabe se ano que vem ele vai estar ali e se ano que vem muda o quadro, que nem o vereador Belchior falou. muda o quadro e não precisa mais de um professor, não precisa mais de um psicopedagogo. Aí nós ficamos com funcionários sobrando as costas do município. Essa foi a finalidade da contratação emergencial. E financeiramente, nada muda para o município, pois o salário é o mesmo. Eu só quero manifestar minha indignação. Somos todos a favor das crianças. E contra a contratação emergencial, Eu acho que o prefeito agiu com sabedoria. Ele preservou o interesse público. Se não precisa mais do profissional daqui uns dias, se cancela a contratação emergencial e o município para de ter essa despesa. Uma vez contratado de forma efetiva, não tem mais como demitir. Então esse foi o motivo que o prefeito optou pela contratação emergencial. Que nada imunda financeiramente para o município. Quer dizer, é até mais barato, porque essas contratações emergenciais vão pelo regime geral da Previdência. Que o pagamento do INSS para a Previdência é 20%. E do Fundão acho que está em 30 e poucos por cento a contribuição patronal. Então é bem mais oneroso a contratação efetiva do que a contratação emergencial. Mas enfim, Eu sou favorável e lamento que não foi aprovado. Simplesmente eu creio por uma questão política. Na minha visão, simplesmente é uma questão de quebra de braço. Como somos uma minoria, o projeto não passou. Obrigado, presidente. Obrigada, vereador Vilmar Inácio. Bancada do PDT? Para líder, não? Sim, está em discussão ainda o líder de bancada. Bom, primeiro eu quero deixar claro que eu nem sei quem que é a pessoa que é para ser chamada no concurso. Nem sei se ela é de Ibiaçá ou se não é do nosso município. Mas o que eu acredito é que, assim, como o vereador Chiquinho falou, nós somos, sim, a favor da contratação ou da nomeação desse profissional, pela demanda que existe no município. Mas nós queremos que o prefeito chame um concursado. É uma valorização, é uma questão de valorizar quem estudou, quem passou no concurso. Porque senão a gente sabe. Aí sim seria uma questão política, né, vereador Chiquinho? Caso não chamar quem passou no concurso. Então eu acho que existe uma classificação, existe uma fila de espera e isso tem que ser respeitado. Não, mas tem que ser respeitado quem passou no concurso. Tem que ser chamado como uma nomeação, não como contratação, tem que ser nomeado. Esse é uma questão de gestão na visão do senhor e do prefeito, mas não é na nossa visão. A nossa visão, ela muda um pouquinho da sua. Então, deixar claro aqui que nós somos a favor, sim, dos profissionais, somos a favor das crianças, enfim. Acho que o conselho tutelar não teve que intervir nessa casa, ele teve que intervir com o prefeito. Então, não é, como a vereadora Diana falou, não somos nós aqui que estamos trancando esse projeto. O prefeito, simplesmente, em janeiro já podia ter chamado essa pessoa, porque ele já sabia da necessidade. Não precisava ter chegado a esse ponto também. Obrigado, presidente. Obrigada, vereador Marcelo. Vereador Alcir. Eu só queria colocar assim, que a gente nunca foi contra e não foi contra os outros projetos. Um projeto que veio na última sessão, onde veio para contratar um funcionário público, lá para as obras. Onde a gente perguntou e onde estava na exposição de motivos, que não tinha mais vaga do concurso. Então não tinha mais vaga, então que se abra uma vaga para contratação. Então acho que tem que lembrar bem, que a gente só não... quer que chame as vagas que for para o concurso. A hora

que não tiver mais vaga no concurso, para chamar. Então, que venha um projeto, a gente contrata emergencialmente. Mas hoje ainda a gente sabe que tem vagas e podia já estar trabalhando normal, que nem a outra foi chamada em janeiro e está trabalhando normal. Então, foi isso que aconteceu. Obrigada, vereadora Alcir. Então, aqui ó, é como o Marcelo mesmo já colocou, não é uma questão de politicagem Queda de braço por a gente ser a maioria, vereador Vilmar. Porque dentro desta casa, você pode contar nos dedos da sua mão quantos projetos a gente foi contrário. A gente sempre colaborou com o município. Sempre colaboramos com os projetos que vieram nesta casa. A nossa oposição contrária neste projeto significa que a nossa forma de pensar é diferente da de vocês. A nossa posição perante esse projeto é que seja feito o chamamento das pessoas que estão na fila de espera e que estão concursadas na banca. Se for a mesma pessoa, que assim seja feito. O prefeito podia ter feito lá em janeiro, fevereiro. Então, a forma de pensar é diferente. Para finalizar, então, não havendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro encerrada a presente sessão ordinária, agradecendo a presença de todos e informamos que a próxima sessão ordinária será realizada no dia 29 de maio de 2024, conforme o calendário das sessões. Agradecemos a presença de todos que nos acompanharam nesta sessão ordinária.

Ver. Edimar Corso
Secretario da Mesa Diretora

Ver. Diana Germiniani
Presidente da Mesa Diretora